

**APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ:
RAÇA E ETNICIDADE, TERRITORIALIDADES E TERRITÓRIOS URBANOS**

Amaro Marques¹
Leo Name²

De modo algum são uma novidade as pesquisas acadêmicas sobre “raça” e “etnicidade”, considerando aspectos como fenótipo, origem geográfica, religião, língua e tradições como marcadores de coesão ou exclusão. No entanto, recentemente têm ganhado mais destaque, especialmente no Brasil, impulsionadas tanto pelo resgate e pela reinterpretação de intelectuais negras e negros como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Abdias Nascimento e Frantz Fanon, quanto pela rápida popularização, nem sempre com rigor acadêmico, do conceito de “colonialidade” — que para Aníbal Quijano define a “raça” como invenção geo-historicamente situada, utilizada para hierarquizar grupos sociais e lugares, influenciando a produção do conhecimento.

Apesar da potência desses debates, muitos trabalhos não consideram as inscrições de “raça” e “etnicidade” na experiência de territorialidades e territórios urbanos. Essas dinâmicas resultam de disputas e reconfigurações que refletem tanto variadas formas de violência quanto práticas de resistência, insurgência e apropriação do espaço. Em outras palavras, a cidade, em sua materialidade e cotidiano, é um campo de disputa, onde territórios racializados surgem como espaços de exclusão, mas também de resistência e reinvenção.

Particularmente as cidades brasileiras ainda carregam marcas coloniais, devido a feridas abertas pelo genocídio indígena e pela escravização de povos africanos e seus descendentes. Historicamente descartados das noções de civilização, cidadania e

¹ Programa de Pós-graduação em Arquitetura da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PPGARq/PUC-Rio). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4697-3572>. E-mail: amaro@puc-rio.br.

² Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPG-AU/FAUFBA). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1963-1094>. E-mail: leonardo.name@ufba.br.

urbanidade, esses grupos seguem marginalizados, vivenciando as cidades mais como espaços de exclusão do que de emancipação, sendo maioria entre as vítimas da gentrificação e habitando favelas, áreas de risco e zonas de sacrifício. As cidades do país, além disso, em muito foram e mantêm-se erguidas por mão-de-obra de ascendência africana ou indígena, seja a outrora escravizada, seja, atualmente, a que ocupa postos precarizados nos canteiros de obras ou autoconstrói devido à falta de moradia digna.

Este dossiê da Revista Desenvolvimento Social reúne, então, contribuições que vêm em auxílio à compreensão de como dimensões de “raça” e “etnicidade” podem operar como tecnologias de hierarquização social, impactando tanto a vida de indivíduos e grupos quanto a produção de territorialidades e territórios urbanos, influenciando políticas públicas, modos de habitar e práticas espaciais insurgentes.

O artigo que abre os trabalhos é “A dimensão racial da desigualdade e segregação socioeconômica em Brasília”, de Rogério Rezende e Hilde Heynen. Esmiuçando a segregação racial na capital federal, o texto argumenta que, embora Brasília tenha sido projetada sob certo utopismo igualitário ancorado no amplo acesso à boa arquitetura, consolidou-se como um território de profundas desigualdades, especialmente na exclusão da população mais pobre e negra. Examina, ainda, dialogando com estudos sobre segregação racial nos Estados Unidos e na África do Sul, como a ideologia da “democracia racial” influenciou a urbanização brasileira, invisibilizando dinâmicas raciais. Por fim, analisa a construção e o desenvolvimento de Brasília, revelando como decisões iniciais de projeto, pensadas para promover diversidade, acabaram reforçando mecanismos de segregação.

No artigo “Como surge um quilombo: institucionalização da identidade do Kilombo Família Souza na garantia de direitos”, Daniel Henrique de Menezes Dias analisa a experiência de quilombamento da Família Souza, originada na antiga Curral Del Rey (atual Belo Horizonte). O texto apresenta, de forma cronológica, a luta desse grupo pelo reconhecimento como comunidade tradicional. Com base na perspectiva do Atlântico Negro, de Paul Gilroy, o autor investiga como os processos de reconhecimento jurídico e político dos quilombos funcionam como estratégias de resistência e afirmação territorial. Também aborda o impacto da certificação da Fundação Cultural Palmares em meio a disputas judiciais e narrativas sobre a posse da terra, destacando a persistência

do Kilombo Família Souza ante constantes litígios e ameaças dos herdeiros dos primeiros proprietários.

Pedro Henrique Azalim Cunha, em “Territórios étnicos ancestrais: cosmopolíticas da natureza”, aborda as complexas relações de produção dos territórios e das territorialidades dos povos originários sob a perspectiva da ancestralidade, destacando a interação simbiótica e a coabitação harmoniosa entre comunidades tradicionais e o meio ambiente como premissas para uma verdadeira justiça socioambiental. O texto enfatiza a necessidade de integrar os saberes indígenas e tradicionais às discussões sobre urbanização, entendendo-os como vias alternativas ao modelo econômico vigente. Além disso, apresenta a cartografia social como ferramenta de resistência e o conceito de “urbanidade florestal”, refletido nas práticas culturais, espirituais e na preservação ambiental promovida por essas comunidades, como capaz de reconfigurar as cidades contemporâneas.

Em “Territórios do amanhã: o quilombo do Mola, Amazônia, Brasil”, Diogo Menezes Costa investiga a trajetória do Quilombo do Mola na Amazônia por meio de uma abordagem interdisciplinar que combina arqueologia e tecnologias digitais. Analisando fragmentos de cerâmica, latas de alumínio e outros objetos encontrados, o autor levanta questões sobre os modos de vida e produção desse território quilombola. Além da memória, a pesquisa propõe um arquivo colaborativo e um território virtual como extensões protéticas do espaço físico. Métodos como modelagem eletrônica e cartografia afetiva são apontados como instrumentos para a preservação e a comunicação do legado quilombola, promovendo continuidades culturais em novas espacialidades.

No artigo “Competição e cooperação na cena urbana: segregação racial na região metropolitana de São Paulo”, Burkay Koseoglu analisa a segregação racial, na maior metrópole do país, utilizando ferramentas quantitativas como Location Quotient, Global Moran’s I e K-Means Clustering. O estudo analisa a distribuição espacial dos grupos étnicos em São Paulo, demonstrando uma segregação que resulta da interação de fatores históricos, políticos, sociais, culturais e econômicos. Os dados revelam que as populações amarela e branca ocupam áreas mais desenvolvidas, ao passo que, refletindo a exclusão estrutural, as indígenas se concentram em zonas rurais e as negras e pardas em regiões periféricas. Koseoglu destaca, além disso, como tais dinâmicas

espaciais afetam o acesso à educação, ao emprego e à renda, moldando as oportunidades dos diferentes estratos raciais.

Liebert Rodrigues, Danielle Amorim Rodrigues e Gustavo Poey, em “A paz que eu não quero: reflexões sobre a 'pacificação' de favelas no Rio de Janeiro como uma permanência da colonialidade”, analisam a chamada política de “pacificação” das favelas cariocas como um instrumento contemporâneo de controle social e racialização da violência urbana. O estudo investiga como as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), implementadas desde 2008, reproduzem dinâmicas geo-históricas de repressão e exclusão, mantendo a favela sob vigilância constante. Com base no conceito quijariano de “colonialidade”, argumenta que a “pacificação” não representa um avanço na segurança pública, mas reforça desigualdades raciais e espaciais, restringindo direitos e criminalizando a população negra e periférica.

No artigo “Violência lenta sobre as populações urbano-ribeirinhas: o caso do córrego do Leitão em Belo Horizonte-MG (1894-1975)”, Alessandro Borsagli, Brenda Melo Bernardes e Amaro Sérgio Marques investigam a expulsão das populações ribeirinhas do Vale do Córrego do Leitão, em Belo Horizonte, com base no conceito de “violência lenta” de Rob Nixon. O estudo analisa como a urbanização levou à remoção gradual desses grupos, alterando a paisagem local. O texto demonstra, ainda, que políticas públicas, discursos higienistas e intervenções jurídico-urbanísticas justificaram essa exclusão, contribuindo para o apagamento dessas populações e a transformação da área em uma das mais valorizadas da capital mineira.

Finalmente, encerra o dossiê o artigo “Produção do território e das territorialidades: insurgências e resistência no quilombo Cafundá Astrogilda”. A pesquisa de Amaro Sérgio Marques e Tatiana Martinz Gil de Alcantara analisa o Quilombo Cafundá Astrogilda, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, como um território de resistência frente aos desafios urbanos. Discute, também, a luta quilombola por permanência e reconhecimento em meio a disputas territoriais, gentrificação e apagamento cultural. Baseando-se no conceito de “quilombismo” de Abdias Nascimento e na crítica à colonialidade do poder de Aníbal Quijano, destaca, ainda, a identidade quilombola e os saberes ancestrais como estratégias de resistência e continuidade cultural no contexto urbano.

Boa leitura!